

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Dia

Class.: 111

Data: 05.02.82

Pg.: _____

TCU absolve agente demitido e acusa a FUNAI de relapsa

BRASÍLIA (AGS) - Enfatizando que, depois de analisar cuidadosamente o processo de tomada de contas especial do chefe do Posto Indígena de Nonai, Lídio Della Betta, demitido pela FUNAI, sob a acusação de irregularidades, havia chegado à conclusão de que, se irregularidade houve no caso, a culpa deve caber exclusivamente à FUNAI. O Ministro João Nogueira de Rezende, do Tribunal de Contas da União, determinou o arquivamento do processo de tomada de contas do referido servidor, acusado de ter empregado indevidamente a quantia de Cr\$ 274.653,87, decorrente da venda de uma colheita de soja, plantada pelos indígenas do posto.

À PRÓPRIA SORTE

Segundo o voto do Ministro Nogueira de Rezende, somente um desatento poderia culpar o chefe do Posto Indígena pela ocorrência, que decorreu do descaso administrativo da FUNAI, relegando o posto e seu agente à própria sorte. Em sua defesa, o ex-servidor afirmou que, quando assumiu a chefia do posto, obteve da Fundação promessa de apoio, tendo-lhe mesmo sido solicitado que usasse até seu crédito pessoal para atender à comunidade indígena, enquanto aguardava a chegada dos recursos necessários. Posteriormente, no entanto, embora os constantes relatórios feitos, nenhum recurso recebia, enquanto o tempo passava e as dívidas aumentavam.

Para o Ministro João Nogueira de Rezende, a FUNAI, para minimizar o problema, reduziu o mesmo à simples demissão de seu empregado, quando deveria ter tomado as providências que o caso requeria e pago as dívidas do posto, sob cujas atividades andava inteiramente alheia e omissa.

Antropólogos chocados com a omissão

BRASÍLIA (AGS) - Após encontro de três horas com o presidente da FUNAI, Coronel Paulo Moreira Leal, a presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Eunice Durham, e os antropólogos Lux Vidal, Olímpio Serra, Roberto Cardoso e Roque Laraia, se declararam decepcionados com a falta de empenho do órgão em retirar invasores de áreas indígenas e quanto ao cerceamento do trabalho de pesquisa da comunidade científica.

Os antropólogos, na opinião de Olímpio Serra, acreditam que, enquanto não houver mudanças no segundo escalão da FUNAI - especialmente no Departamento Geral de Operações, dirigido pelo Coronel José Silveira, e na Assessoria de Planejamento, chefiada pelo Coronel Ivan Zanoni -, "não se pode alimentar esperança de melhorar o nosso relacionamento".

CRIAM OBSTÁCULOS

A FUNAI, conforme de-

núncia dos antropólogos, está dificultando a realização de pesquisas nas 16 nações que habitam o Parque do Xingu e junto aos índios Parakanas, que serão afetados pela Hidroelétrica de Tucuruí.

Os representantes da ABA procuraram o Coronel Paulo Moreira Leal para relatar esta situação e obter garantias de que três portarias, reconhecendo como áreas dos índios Nambiquaras parte do Vale do Guaporé, no Norte do Mato Grosso e em Rondônia, não serão revogadas, como vem apre-goando o Secretário de Interior e Justiça do Estado, Domingos Savio Brandão, e o Deputado Mario Morimoto (PDS-SP).

O presidente da FUNAI assegurou que as Portarias não serão revogadas e revelou que, dos financiamentos obtidos junto ao Banco Mundial, para a pavimentação da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), foi reservado Cr\$ 1 bilhão e 600 milhões para atender os índios que vivem nesta área.